CORREIO PAULISTA

POR **ANDRE SOUZA**

SENADO

Giordano (PODE), Marcos Pontes (PL) e Mara Gabrilli (PSD)

Senadores de SP já gastaram R$ 893 mil em cota parlamentar

Os três senadores de São Paulo utilizaram R$ 893.265,48 da cota parlamentar em 2026, segundo dados do Portal da Transparência do Senado. Giordano (Podemos) registrou R$ 375.867,04, sendo R$ 185.822,47 em locomoção, hospedagem, alimentação e combustíveis e R$ 182.975,22 em serviços de apoio. Marcos Pontes (PL) utilizou R$ 271.112,32, incluindo R$ 93.719,20 em divulgação parlamentar e R$ 69.574,42 em passagens. Mara Gabrilli (PSD) registrou R$ 246.286,12, dos quais R$ 90.280,54 foram destinados ao aluguel de escritórios e R$ 81.633,99 à contratação de serviços de apoio. A senadora também gastou R$ 44.074,97 com materiais de consumo. Já Marcos Pontes destinou R$ 53.318,14 ao aluguel de imóveis para escritório político. Os valores correspondem às despesas registradas em 2026 até a consulta aos dados do Senado. A cota parlamentar é destinada ao custeio de atividades ligadas ao exercício do mandato.

Deputada federal pede o fim do foro privilegiado

A deputada federal Adriana Ventura (Novo-SP) apresentou, nesta terça-feira (13), requerimento para incluir na pauta da Câmara dos Deputados a PEC 333/2017, que prevê o fim do foro privilegiado para crimes comuns. De autoria do ex-senador Álvaro Dias, a proposta altera a Constituição para que autoridades sejam julgadas pela Justiça de primeira instância. A medida abrange crimes como corrupção, lavagem de dinheiro e homicídio. O pedido de inclusão na pauta ainda depende de decisão da Presidência da Câmara.

MARYANNA OLIVEIRA/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Adriana Ventura (Novo-SP) pede inclusão da PEC na pauta de votação

Eleitor que ameaçou quebrar urna é absolvido

O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) rejeitou, por unanimidade, nesta terça-feira (13), recurso do Ministério Público Eleitoral contra a absolvição de um eleitor acusado de causar tumulto em um local de votação em Severínia, no pleito de 2022. Segundo a denúncia, ele foi acusado de gritar frases favoráveis a Lula e ameaçar quebrar uma urna eletrônica e um equipamento biométrico. A decisão acompanhou o voto do relator, juiz Regis de Castilho. A defesa foi realizada pela Defensoria Pública da União (DPU).

Falta de quórum adia reunião na Alesp

A reunião do Conselho de Ética da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), marcada para terça-feira (13), não ocorreu por falta de quórum. O colegiado analisaria denúncias por quebra de decoro contra Fabiana Bolsonaro (PL), Guto Zacarias (Missão), Leo Siqueira (Novo) e Luiz Fernando Teixeira (PT). Também tomaria ciência do voto que propõe advertência a Lucas Bove (PL). Ainda não há data para nova reunião.

Estadualização de rodovia

O deputado federal Capitão Augusto (PL-SP) apresentou, nesta terça-feira (13), pedido ao Ministério dos Transportes para transferir ao governo paulista a gestão da BR-153, entre Icém e Ourinhos. O trecho tem 321,6 quilômetros e passa por 22 municípios. O parlamentar aponta falhas na manutenção e defende a duplicação da rodovia.

Saúde mental na CGE

A Controladoria Geral do Estado de São Paulo criou um programa de qualidade de vida no trabalho para seus servidores. Publicada nesta terça-feira (13), a resolução prevê ações de prevenção ao assédio, acompanhamento da saúde mental e redução de riscos psicossociais. O órgão deverá elaborar planos anuais e avaliar os resultados das medidas.

Vagas em Assentamentos

A Fundação Itesp definiu regras para seleção de agricultores interessados em lotes nos assentamentos Guarany, em Pradópolis e Guatapará, e Mário Covas, em São Simão. Os candidatos devem atualizar o cadastro até 23 de outubro. As inscrições vão de 29 de outubro a 19 de novembro. É necessário comprovar três anos de experiência rural.

Prefeito mais bem votado

O prefeito reeleito com 91,70% dos votos válidos em 2024, Delegado Eduardo Boigues (PL), de Itaquaquecetuba, anunciou apoio a Flávio Bolsonaro (PL) no segundo turno presidencial. O anúncio ocorreu domingo (11), em São Paulo, durante reunião com 32 prefeitos paulistas. Boigues defendeu mais repasses federais para saúde e infraestrutura dos municípios.

Segundo turno

O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) inicia nesta quarta-feira (14), às 11h, a preparação de 114,5 mil urnas para o segundo turno das eleições, marcado para 25 de outubro. O procedimento inclui inserção de dados, testes e lacração dos equipamentos. As cerimônias serão públicas e os trabalhos devem terminar até 23 de outubro

Coletes balísticos na CPTM

A CPTM retomará, na segunda-feira (19), a licitação para compra de 490 coletes balísticos e 140 capas adicionais, destinados ao Corpo de Segurança da companhia. Os equipamentos terão proteção nível III-A e garantia mínima de seis anos. O valor estimado é sigiloso. A negociação será realizada com a empresa Goemann Comercial Ltda.

DIVULGAÇÃO/ISA ENERGIA BRASIL

Instalação de armazenamento de energia da ISA Energia, em SP

Projeto na Câmara pode elevar a conta de energia a consumidores

Proposta do deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) muda custos das baterias

Da **Redação**

Um grupo de deputados federais apresentou nesta terça-feira (13) um requerimento para acelerar a votação de um projeto que pode transferir aos consumidores parte dos custos de armazenamento de energia elétrica no Brasil. O pedido de urgência foi apresentado por Danilo Forte (PP-CE), com apoio de Evair Vieira de Melo (Republicanos-ES), Vitor Lippi (PSD-SP) e Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL).

O requerimento nº 4.288/2026 solicita que o Projeto de Lei 3.716/2026 seja analisado diretamente pelo plenário da Câmara, sem a necessidade de concluir a tramitação nas comissões, caso a urgência seja aprovada.

De autoria do deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), o projeto revoga um dispositivo da Lei nº 10.848/2004, alterada em 2025, que determina que os custos da contratação de sistemas de armazenamento de energia por baterias sejam pagos exclusivamente pelas empresas geradoras.

Com a mudança, essas despesas passariam a seguir a regra geral de divisão dos custos de reserva de capacidade, que inclui os consumidores de energia elétrica. Isso pode representar novos encargos na conta de luz, embora ainda não exista uma estimativa oficial do impacto nas tarifas.

As empresas geradoras, especialmente dos setores solar e eólico, estão entre as principais beneficiadas pela proposta, pois deixariam de responder sozinhas pelo pagamento dos sistemas de armazenamento.

O projeto tem apoio de seis associações empresariais, entre elas a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar) e a Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias (ABEEólica). As entidades argumentam que as baterias beneficiam todo o sistema elétrico e que seus custos devem ser compartilhados.

Por outro lado, o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Sandoval Feitosa, manifestou posição contrária à transferência desses custos aos consumidores.

As baterias permitem guardar energia produzida em períodos de maior oferta para utilização nos momentos de maior demanda. A tecnologia também pode reduzir desperdícios na geração renovável.

O projeto ainda depende de votação na Câmara. A aprovação da urgência não significa aprovação do conteúdo da proposta.